



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1004280-60.2014.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Indenização por Dano Moral**
 Requerente: **ADÃO JESUS ALVES DE CAMPOS**
 Requerido: **ESCOLA ESTADUAL ESTERINA PLACCO e outros**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Gabriela Müller Carioba Attanasio**

Vistos.

Trata-se de **Ação de Indenização por Danos Materiais e Morais** promovida por **ADÃO JESUS ALVES DE CAMPOS** em face da **FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO**, sob a alegação de que é o guardião legal de sua neta, a menor **ESTER DE JESUS ALVES DE CAMPOS**, aluna matriculada na Escola Estadual Esterina Placco, nesta cidade, a qual teria se machucado durante o período de aula, no dia 25/10/2013, em decorrência da brincadeira de um estudante que teria corrido atrás da menor e uma colega com uma barata em punho, atirando o inseto sobre as elas, momento em que a aluna Ester se desesperou e enroscou o pescoço em uma das cordas rede de vôlei, localizada da quadra de esportes da escola, sendo arremessada ao solo e sofrendo traumatismo craniano. Afirma que os fatos se desencadearam desta maneira, em decorrência da falta de professores, momento em que os alunos ficaram no pátio sem a supervisão de um inspetor e sem acesso aos corredores da escola, cuja porta de vidro foi trancada para que eles não fizessem barulho e atrapalhassem os alunos que estavam em sala de aula. Informa que Ester ficou dois dias na UTI e mais alguns dias no quarto, em recuperação, que teve seus cabelos raspados, em razão dos vários pontos suturados em sua cabeça, necessitando de fisioterapia para recuperar o movimento do braço e da mão direita. Requer a indenização do valor de R\$ 927,82, a título de danos materiais, mais R\$ 109.527,82 por danos morais. A inicial foi instruída com os documentos de fls. 09/92.

Foi determinada a emenda da inicial à fl. 93 para a correção do polo passivo.

Citado, o Estado de São Paulo apresentou contestação (fls. 105/118), alegando, preliminarmente, (a) da ilegitimidade ativa para o pleito de danos morais – que deveria ser pleiteado pela própria vítima, evitando-se a criação de cadeias reflexas em razão de eventual sofrimento vivenciado pela vítima do fato; no mérito, sustentou: (a) a inexistência do dever de indenizar – tratando-se de caso em que há culpa exclusiva da vítima ou de terceiro, ou mesmo caso



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DA FAZENDA PÚBLICA

RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

fortuito, que rompe o nexo de causalidade, isso porque a quadra de vôlei onde ocorreu o acidente estava trancada com cadeado, não sendo franqueado o acesso aos alunos, salvo nas aulas de educação física, na presença de professor da disciplina, tendo a aluna Ester e seus colegas descumprido as ordens escolares ao entrarem na quadra por uma abertura na tela de proteção (b) dos danos morais e materiais – na remota hipótese de condenação, pede que os danos morais sejam fixados em favor de Ester e não de seu avô; sustenta, ainda, que os cabelos da estudante crescerão, cobrindo a cicatriz e que, ante o fato de não ter havido perda de membro ou função, nem deformidade permanente, a fixação dos danos morais seja em valor não superior a R\$ 10.000,00. Aduz ter prestado toda a assistência a Ester, acionando o SAMU, bem como promovendo visitas à menor no período de internação, mantendo contato com a sua família mesmo após seu retorno na escola. Informa ter suspenso o aluno que correu atrás de Éster com a barata, por cinco dias, não podendo ser responsabilizada pelo lamentável fortuito.

Réplica às fls. 122/128.

Saneador às fls. 135/136 com a manutenção do autor no polo ativo.

Agravo Retido às fls. 139/144.

Na audiência de instrução e julgamento foram ouvidas duas testemunhas.

É O RELATÓRIO.

PASSO A FUNDAMENTAR E A DECIDIR.

O pedido comporta colhimento.

Encontram-se presentes os requisitos caracterizadores da responsabilidade civil do Estado: (a) a ocorrência do fato (brincadeiras inadequadas provocadas pelo estudante Vítor à aluna Éster e uma coleguinha, durante horário vago de aula, sem a supervisão de um inspetor); (b) dano (acidente que ocasionou a queda da aluna, provocando traumatismo craniano) (c) nexo de causalidade entre o fato e o dano (o fato se deu dentro das dependências do estabelecimento de ensino onde Ester estuda, momento em que não havia nenhum funcionário presente para proibir a brincadeira provocada pelo aluno, bem como a circulação dos alunos fora do pátio da escola, em local proibido, em horário vago de aula, caracterizando negligência).

É fato que houve falha na prestação dos serviços de vigilância da escola, que deveria dispor de número maior de agentes acompanhando os alunos em horário vago de aula. Apesar de a escola contar com 03 (três) agentes de organização escolar, conforme informado pela diretora em depoimento prestado a este juízo, foi relatado que no dia dos fatos, apenas 02 (duas) agentes trabalhavam, sendo que, no momento da queda da aluna, apenas uma agente acompanhava os alunos, sendo que a outra estava em horário de almoço.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

A responsabilidade do ente público, no caso ora analisado, tem natureza objetiva, em conformidade com o artigo 37, § 6º, da Constituição Federal.

Nesse sentido:

“Consoante dispõe o § 6º do artigo 37 da Carta Federal, respondem as pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, descabendo concluir pela legitimação passiva concorrente do agente, inconfundível e incompatível com a previsão constitucional de ressarcimento direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.” (RE 344.133, Rel. Min. Marco Aurélio, julgamento em 9-9-08, DJE de 14-11-08).

Em que pese entendimento de parte da doutrina, no sentido de que a responsabilidade em razão da omissão por parte do ente público, seja subjetiva, quando se exige prova de culpa da administração, no caso dos autos, o evento danoso que deu causa à presente demanda decorreu de omissão específica do Estado, quando incide a teoria do risco administrativo.

Confira-se a seguinte decisão monocrática no âmbito do C. STJ:

I. Trata-se de agravo em face de decisão que não admitiu recurso especial contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, assim ementado:

RESPONSABILIDADE CIVIL AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS ESCOLA PÚBLICA - QUEDA DE ALUNO - FRAGMENTO DE FERRO OCULTO NA GRAMA QUE CIRCUNSCREVE A QUADRA DE ESPORTES DESCUMPRIMENTO DO DEVER DE PRESERVAÇÃO DA INTEGRIDADE FÍSICA DOS ESTUDANTES OMISSÃO ESPECÍFICA DO ENTE PÚBLICO RESPONSABILIDADE OBJETIVA.

1. A pessoa jurídica de direito público responde objetivamente pelos danos decorrentes de evento lesivo originado por omissão específica sua, ou seja, por omissão a um dever legal de agir concreta e individualmente de modo a impedir o resultado danoso.
2. O dever do Estado de manter a organização e a salubridade do ambiente destinado ao ensino dos educandos regularmente matriculados na rede pública, com o intento de proteger a integridade física dos alunos no transcorrer do período



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DA FAZENDA PÚBLICA

RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

letivo, deve ser considerado como um **encargo específico**, isto é, o seu desrespeito traduz-se como descumprimento a um dever legal individualizado de agir, passando a ser a conduta direta a propiciar o evento danoso.

3. Na fixação do valor dos danos morais deve o julgador, na falta de critérios objetivos, estabelecer o quantum indenizatório com prudência, de maneira que sejam atendidas as peculiaridades e a repercussão econômica da reparação, devendo esta guardar proporcionalidade com o grau de culpa e o gravame sofrido. (AREsp 399265, Min. OLINDO MENEZES, Des. convocado do TRF 1ª Região, julgado em 26/10/2015).

Tal é o caso dos autos. Isso porque possui o Estado o dever de zelar por aqueles que estão sob sua vigília na rede estadual de ensino.

Nesse sentido, o Supremo Tribunal Federal firmou idêntico posicionamento, no julgamento do RE 109.615-RJ, cujo caso se amolda a situação tratada nestes autos:

INDENIZAÇÃO - RESPONSABILIDADE OBJETIVA DO PODER PÚBLICO - TEORIA DO RISCO ADMINISTRATIVO - PRESSUPOSTOS PRIMÁRIOS DE DETERMINAÇÃO DESSA RESPONSABILIDADE CIVIL - DANO CAUSADO A ALUNO POR OUTRO ALUNO IGUALMENTE MATRICULADO NA REDE PÚBLICA DE ENSINO - PERDA DO GLOBO OCULAR DIREITO - FATO OCORRIDO NO RECINTO DE ESCOLA PÚBLICA MUNICIPAL - CONFIGURAÇÃO DA RESPONSABILIDADE CIVIL OBJETIVA DO MUNICÍPIO - INDENIZAÇÃO PATRIMONIAL DEVIDA - RE NÃO CONHECIDO. RESPONSABILIDADE CIVIL OBJETIVA DO PODER PÚBLICO - PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL. [...] RESPONSABILIDADE CIVIL DO PODER PÚBLICO POR DANOS CAUSADOS A ALUNOS NO RECINTO DE ESTABELECIMENTO OFICIAL DE ENSINO. - O Poder Público, ao receber o estudante em qualquer dos estabelecimentos da rede oficial de ensino, assume o grave compromisso de velar pela preservação de sua integridade física, devendo empregar todos os meios necessários ao integral desempenho desse encargo jurídico, sob pena de incidir em responsabilidade civil pelos eventos lesivos ocasionados ao aluno. - A obrigação governamental de preservar a intangibilidade física dos alunos, enquanto estes se encontrarem no recinto do estabelecimento escolar, constitui encargo indissociável do dever que incumbe ao Estado de dispensar proteção efetiva a todos os estudantes que se acharem sob a



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DA FAZENDA PÚBLICA

RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

guarda imediata do Poder Público nos estabelecimentos oficiais de ensino. Descumprida essa obrigação, e vulnerada a integridade corporal do aluno, emerge a responsabilidade civil do Poder Público pelos danos causados a quem, no momento do fato lesivo, se achava sob a guarda, vigilância e proteção das autoridades e dos funcionários escolares, ressalvadas as situações que descaracterizam o nexo de causalidade material entre o evento danoso e a atividade estatal imputável aos agentes públicos.

(RE 109615, Relator(a): Min. CELSO DE MELLO, Primeira Turma, julgado em 28/05/1996, DJ 02-08-1996 PP-25785 EMENT VOL-01835-01 PP-00081).

As provas produzidas dão conta de que foi descumprido o dever de vigilância, uma vez que é incontroverso que a estudante foi vítima de lesão grave durante o período de aula, fato esse sequer contestado, sendo até confirmado pela Diretora da escola, em depoimento prestado a este juízo.

Com efeito, narrou a diretora, Silvana Crestana Kabbach, que no momento do acidente não se encontrava na escola, pois seu horário de trabalho se concentra no período da manhã e da noite; que, após saber do ocorrido, tomou todas as providências para prestar socorro à Ester. Informou, ainda, que naquele ano, muitos professores substitutos faltaram, e os alunos ficaram sem aula; que os alunos sabem que é proibido entrar na quadra sem um professor, mas, mesmo assim, entravam, muitas vezes cortando a rede de proteção com um alicate. Em resposta à indagação do advogado do autor, afirmou que, no dia do acidente, das 3 (três) apenas 2 (duas) agentes de organização escolar estavam trabalhando, sendo que uma estava em horário de almoço, e que havia muitos alunos para serem acompanhados em decorrência da falta de vários professores naquele dia. Respondendo a outra indagação, afirmou que o correto, quando faltam professores e não se consegue substituição, é que os alunos fiquem acompanhados de uma agente escolar.

Paulo Sérgio Pereira, por seu turno, narrou que seu filho, colega de classe de Ester, relatou que um colega correu atrás da aluna com uma barata nas mãos, momento em que ela enroscou a cabeça na rede, vindo a cair de costas, batendo com a cabeça no chão. Afirmou, também, que, naquela época, muitos professores estavam faltando, e que, no dia dos fatos, nenhum inspetor acompanhava os alunos.

Confirmam, também, a lesão grave narrada na inicial, os documentos e exames médicos juntados às fls. 20/23, fls. 27/28, fls. 37/41 e fls. 54/82.

Diante do quadro probatório produzido, tem-se que o nexo causal é inafastável.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DA FAZENDA PÚBLICA

RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Releva anotar, ainda, que diante das inúmeras investidas dos alunos na quadra de esportes, fora das aulas de educação física, em que há a supervisão de um professor da disciplina, a escola deveria ter tido cuidado redobrado na vigilância dos alunos, em razão da possibilidade de novos acessos dos alunos ao local dos fatos, fora dos horários permitidos.

Patente o dano moral ocasionado, pois a menor estava sob a guarda do autor, seu avô, desde 2002 (quando ainda era bebê – fls. 14), mantendo, portanto, estreita relação de afeto, sendo evidente, assim, o abalo emocional sofrido por ele ao ver a neta com traumatismo craniano, tendo que se submeter a uma cirurgia na cabeça, para a qual foi necessário que se raspasse metade dos cabelos, conforme se verifica da foto de fls. 36, sendo necessárias, ainda, sessões de fisioterapia, para a recuperação dos movimentos do braço direito.

É certo que a reparação por danos morais tem caráter pedagógico, devendo-se observar a proporcionalidade e a razoabilidade na fixação dos valores, atendidas as condições do ofensor, ofendido e do bem jurídico lesado.

Assim, atenta aos princípios da proporcionalidade, razoabilidade e adequação, tendo em conta as circunstâncias que envolveram o fato, as condições pessoais e econômico-financeiras dos envolvidos, assim como o grau da ofensa moral e a preocupação de não permitir que ações dessa natureza se transformem em fonte de enriquecimento indevido, bem como para que não passe despercebido pela parte ofensora eventos dessa natureza, fixo o danos morais no importe de R\$ 10.000,00.

As partes estão de acordo com relação ao valor dos danos materiais – R\$ 927,82 – fl. 07 e fls. 114/115, embora o requerido afirme que não há provas de seu desembolso.

Ante o exposto, julgo o processo de conhecimento, com resolução do mérito e **PROCEDENTE O PEDIDO**, para condenar a Fazenda Pública do Estado de São Paulo ao pagamento de indenização por danos materiais devidos ao autor, uma vez comprovado o desembolso, no valor de R\$ 927,82, corrigidos desde o efetivo pagamento, bem como danos morais, no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), corrigido a partir desta data, a teor do que prescreve a Súmula 362 do Superior Tribunal de Justiça, pela "Tabela Lei Federal nº 11.960/09 Modulada" e com incidência de juros moratórios, que corresponderão aos juros incidentes sobre a caderneta de poupança, nos termos da modulação dos efeitos da declaração de inconstitucionalidade, pelo E. STF, na ADIN 4.357, em 25/03/2015, a partir do evento danoso (25/10/2013), conforme Súmula 54 do C. STJ.

Diante da sucumbência, condeno o Estado a arcar com os honorários advocatícios, nos termos estabelecidos pelo artigo 85, § 3º e incisos, do NCPC, em 10 % sobre o valor da



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

condenação, sendo isento de custas, na forma da lei.

Publique-se e Intime-se.

São Carlos, 20 de outubro de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**